



Sociedade do Notícias, S A



Sociedade do Notícias, SA

Demonstrações Financeiras
a 31 de Dezembro de 2021

noticias

domingo

desafi



ÍNDICE

PÁGINAS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	2
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020	7
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ..	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.....	9
RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E ORGÃOS DE DIRECÇÃO.....	10
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
Introdução	11
1. Bases de preparação	11
2. Principais políticas contabilísticas.....	12
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos.....	21
4. Activos tangíveis.....	24
5. Activos tangíveis de investimento.....	25
6. Activos intangíveis.....	27
7. Inventários.....	28
8. Clientes.....	29
9. Outros activos financeiros.....	30
10. Outros activos correntes.....	31
11. Caixa e equivalentes de caixa.....	31
12. Capital social.....	32
13. Empréstimos obtidos.....	33
14. Passivos por impostos diferidos.....	35
15. Provisões.....	35
16. Fornecedores.....	36
17. Outros passivos financeiros.....	37
18. Impostos a pagar.....	37
19. Outros passivos correntes.....	37
20. Vendas de bens e de serviços.....	38
21. Custos com pessoal.....	39
22. Fornecimentos e serviços de terceiros.....	40
23. Outros ganhos e perdas operacionais.....	41
24. Gastos e rendimentos financeiros.....	42
25. Imposto sobre o rendimento.....	43
26. Partes relacionadas.....	45
27. Gestão de risco.....	46
28. Acontecimentos após a data do Balanço.....	49

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO

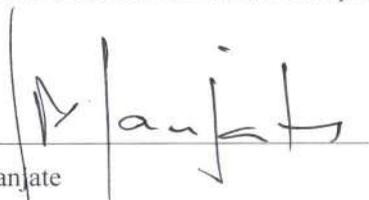
Os Administradores da empresa são responsáveis pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e um sumário das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Os Administradores são responsáveis por tais controlos internos que a Administração determinar como sendo pertinentes para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, quer devidas a fraude ou erro. Os Administradores são também responsáveis pelo cumprimento com as leis e regulamentos relevantes na República de Moçambique.

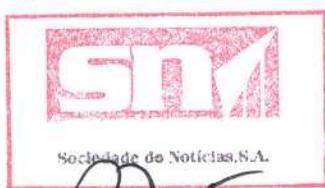
Os Administradores efectuaram uma avaliação da capacidade de a empresa continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e não têm motivos para acreditar que a empresa não possa continuar a operar em obediência a este princípio, no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da empresa foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Abril de 2022 e vão assinadas em seu nome por:



Júlio Manjate
Presidente do Conselho de Administração



Conselho de Administração

Cezerilo Matuce
Administrador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Sociedade do Notícias, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da **Sociedade do Notícias, S.A.**, (a Empresa), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto ao possível efeito das matérias descritas nos parágrafos 1 a 3 da secção *Bases para a Opinião com Reservas* abaixo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a Opinião com Reservas

1. A rubrica de Clientes, cuja quantia bruta registada ascende o montante de 72,970,929 Meticais à data de 31 de Dezembro de 2021, inclui saldos com antiguidade significativa, os quais não se encontram cobertos pelas perdas por imparidade registadas, no montante de 14,372,385 Meticais. No entanto, devido ao facto de existirem depósitos efectuados por clientes, ainda por identificar, no montante de 33,983,029 Meticais, e, conseqüentemente, não alocados às respectivas contas correntes dos clientes, não nos foi possível estimar, com um razoável grau de segurança, o impacto que a eventual alocação dos referidos depósitos poderia vir a originar nas demonstrações financeiras naquela data, especificamente sobre os saldos das Perdas por imparidade acumuladas de contas a receber, Cliente e no prejuízo do exercício. Adicionalmente, não foi possível obter evidência suficiente e apropriada que nos permitisse confirmar a existência do saldo líquido da rubrica de Clientes (24,615,515 Meticais) e de Outros passivos financeiros – Adiantamentos de clientes (5,672,881 Meticais).

2. A rubrica de Outros ganhos e perdas operacionais, inclui um proveito líquido no montante de 8,624,043 Meticais, que resulta do saneamento efectuado nas contas correntes de fornecedores. Dado que o referido saneamento não foi antecedido por um processo de reconciliação dos saldos com os respectivos fornecedores, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade desta operação nem avaliar em que medida poderia, ou não, afectar a reexpressão das quantias comparativas.
3. A Sociedade do Notícias assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões e/ou complementos de pensões, que resultam da diferença entre as pensões pagas aos beneficiários do sistema de segurança social e a tabela salarial em vigor na Empresa, e regista em resultados os gastos no momento do pagamento. Contudo, na ausência de um estudo actuarial não nos foi possível quantificar a responsabilidade da Empresa à data de 31 de Dezembro de 2021, com o pagamento das pensões de reforma.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 das demonstrações financeiras, que refere sobre o capital subscrito pelo accionista - IGEPE e que se encontra parcialmente por realizar, no montante de 11,708,714 Meticais, à data de 31 de Dezembro de 2021. Não obstante o prazo de realização legalmente estabelecido ter sido ultrapassado, nesta data, não existe ainda um prazo suplementar concedido ao accionista para proceder a regularização da referida parcela. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

I2A AUDITORES, S.A

Sociedade de Auditores Certificados 22/SCA/OCAM/2017, representada por:



Manuel Joaquim Fonseca (Auditor Certificado nº 26/CA/OCAM/2012)

Maputo, 20 de Abril de 2022



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ACTIVOS			
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Activos tangíveis	4	257,414,839	281,385,757
Activos tangíveis de investimento	5	4,696,795	4,765,819
Activos intangíveis	6	-	5,353,982
Total dos activos não correntes		262,111,634	291,505,558
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários	7	26,147,563	22,062,489
Clientes	8	24,615,515	20,169,637
Outros activos financeiros	9	20,406,365	32,794,902
Outros activos correntes	10	7,811,784	8,268,130
Caixa e equivalentes de caixa	11	13,282,589	33,263,375
Total dos activos correntes		92,263,816	116,558,533
TOTAL DOS ACTIVOS		354,375,450	408,064,091
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	12	437,000,000	437,000,000
Reservas	12	54,786,944	54,786,944
Resultados transitados	12	(205,254,288)	(168,134,920)
Resultado líquido do período	12	(25,726,944)	(37,119,368)
Total do capital próprio		260,805,712	286,532,656
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Empréstimos obtidos	13	5,370,105	6,918,141
Passivos por impostos diferidos	14	19,538,397	20,088,469
Total dos passivos não correntes		24,908,502	27,006,610
PASSIVOS CORRENTES			
Provisões	15	15,397,270	16,687,727
Fornecedores	16	25,466,955	49,200,608
Empréstimos obtidos	13	7,572,850	8,838,557
Outros passivos financeiros	17	6,163,855	6,226,917
Impostos a pagar	18	792,364	848,338
Outros passivos correntes	19	13,267,942	12,722,678
Total dos passivos correntes		68,661,236	94,524,825
Total dos passivos		93,569,738	121,531,435
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS		354,375,450	408,064,091

O TÉCNICO DE CONTAS




A ADMINISTRAÇÃO
Sociedade do Notícias, S.A.

Conselho de Administração 6

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31

DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Notas	2021	2020
Vendas de bens e serviços	20	406,167,229	363,676,926
Custos dos inventários vendidos ou consumidos	7	(66,762,798)	(76,871,973)
Margem bruta		339,404,431	286,804,953
Custos com o pessoal	21	(231,604,820)	(193,710,517)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(84,956,805)	(67,512,020)
Depreciações do exercício	4 e 5	(48,546,023)	(49,175,184)
Imparidades do período	8	(14,372,385)	(10,598,822)
Reversões de imparidades	8	10,598,822	4,422,846
Provisões do período	15	(6,289,972)	-
Reversões de provisões	15	6,271,649	-
Outros ganhos e perdas operacionais	23	7,752,321	(980,775)
Resultado operacional		(21,742,782)	(30,749,519)
Rendimentos financeiros	24	2,301,302	537,305
Gastos financeiros	24	(6,043,172)	(6,608,888)
Resultado antes do imposto		(25,484,652)	(36,821,102)
Imposto corrente	25	(792,364)	(848,338)
Imposto diferido	25	550,072	550,072
Resultado líquido do exercício		(25,726,944)	(37,119,368)

O TÉCNICO DE CONTAS




ADMINISTRAÇÃO
Sociedade do Notícias, S.A.
Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Notas</u>	<u>Activo Liquido</u>	<u>Activo Liquido</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		465,248,994	434,167,218
Pagamentos a fornecedores		(199,505,929)	(158,699,619)
Pagamentos ao pessoal		(231,604,820)	(193,710,516)
Fluxo de caixa gerada pelas operações		34,138,246	81,757,083
Outros recebimentos		18,236,286	21,315,564
Outros Pagamentos		(50,403,958)	(63,312,924)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		1,970,574	39,759,722
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de activos tangíveis	4 e 5	(19,152,099)	(9,049,532)
		(19,152,099)	(9,049,532)
Recebimentos respeitantes a:			
Vendas de activos tangíveis		1,749,000	1,721,863
Juros e rendimentos similares		6,938,144	4,099,711
		8,687,144	5,821,574
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(10,464,955)	(3,227,958)
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		7,979,500	-
		7,979,500	-
Pagamentos respeitantes a:			
Reembolso de empréstimos obtidos		(13,422,734)	(11,032,184)
Juros e gastos similares	24	(6,043,172)	(6,608,887)
		(19,465,906)	(17,641,072)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		(11,486,406)	(17,641,072)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(19,980,786)	18,890,693
Caixa e equivalentes de caixa no início período		33,263,375	14,372,683
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		13,282,589	33,263,375

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



Sociedade do Notícias, S.A.
Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

NATUREZA DOS MOVIMENTOS	Capital próprio atribuível aos detentores do capital da casa mãe					Total do capital próprio
	Capital social	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 Janeiro de 2020	436,079,776	1,151,917	53,635,027	(145,312,887)	(22,822,033)	322,731,800
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Transferência	920,224	-	-	(22,822,033)	22,822,033	920,224
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(37,119,368)	(37,119,368)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	437,000,000	1,151,917	53,635,027	(168,134,920)	(37,119,368)	286,532,656
Transferência	-	-	-	(37,119,368)	37,119,368	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(25,726,944)	(25,726,944)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	437,000,000	1,151,917	53,635,027	(205,254,288)	(25,726,944)	260,805,712

O TÉCNICO DE CONTAS




A ADMINISTRAÇÃO
Sociedade do Notícias, S.A.
Conselho de Administração

RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E ORGÃOS DE DIRECÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- 1 – Julio Manjate – Presidente do Conselho de Administração
- 2 – Cezerilo Matuce – Administrador

CONSELHO FISCAL:

- 1 – Mastalino Mastala - Presidente
- 2 – Roberto Hamilton Vieira de Sousa - Vogal
- 3 – Timóteo Matonse - Vogal

ORGÃOS DE DIRECÇÃO

- 1 – Almiro Helder Justino dos Santos – Director do Jornal Desafio
- 2 – André Matola – Director do Jornal Domingo
- 3 – Baltazar Teófilo Mungoi – Director de Administração e Finanças
- 4 – Carlos da Conceição Mateus Cuinhane – Director Técnico da Unidade Gráfica
- 5 – Castro Furvela – Director de Produção
- 6 – Isabel Boavida – Directora Comercial
- 7 – Ivan Guilherme Cossa – Director Geral da Unidade Gráfica
- 8 – Lázaro Manhiça – Director do Jornal Notícias

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

A *Sociedade do Notícias, S.A.*, tem como objecto social a produção de jornais, a inserção de anúncios e exploração da indústria gráfica.

A empresa é proprietária das seguintes publicações periódicas:

- Notícias, um jornal diário;
- Desafio, um jornal semanário editado à segunda-feira; e
- Domingo, um jornal semanário editado ao domingo.

A *Sociedade do Notícias, S.A.*, tem a sua sede social na Rua Joe Slovo, nº 55, 1º andar, Maputo, Moçambique, matriculada com o NUIT nº 400020957.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de Abril de 2022 e serão sujeitas á apreciação e deliberação em sessão da Assembleia Geral dos Accionistas. É convicção do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, e mais concretamente com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (abreviadamente designado por PGC-NIRF).

1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2021 foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos que afectam o processo de determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela *Sociedade do Notícias, S.A.* e que têm impacto significativo na mensuração dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração, e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou em que os pressupostos e as estimativas são significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que originassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo PGC-NIRF.

As presentes demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da Sociedade do Notícias, S.A. com referência a 31 de Dezembro de 2021, sendo apresentadas em Meticais, arredondadas ao Metical mais próximo.

Estas demonstrações financeiras são comparáveis, em todos seus aspectos significativos, com as do exercício anterior.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela Sociedade do Notícias, SA nas suas operações e demonstrações financeiras.

i) Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moedas diferentes do metical (moeda estrangeira) são convertidas na moeda funcional da entidade utilizando à taxa de câmbio à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, à taxa de câmbio em à data do balanço, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.2. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumulada. Este custo inclui o custo estimado à data da transição do normativo anterior para o PGC-NIRF e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos, são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Activo	Vida útil
Construções	50 anos
Equipamento básico	6 a 14 anos
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos tangíveis, são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e registar, quando necessário, a perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.3. Activos tangíveis de investimento

Os activos tangíveis de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorizar o capital investido, obter rendas, ou ambas.

Um activo tangível de investimento deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo, incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os activos tangíveis de investimento podem ser mensurados de acordo com o modelo do custo ou modelo do justo valor.

A Sociedade do Notícias optou pela mensuração de todos os seus activos tangíveis de investimento pelo modelo do custo. Neste sentido estes activos são mensurados de acordo com os requisitos previstos na NCRF 13 – Activos tangíveis para esse modelo.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, aplicado a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, em conformidade com os seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo tangível de investimento	Vida útil
Edifícios	50 anos

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos e mensurados consoante as transacções que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

Reconhecimento inicial

➤ *Aquisição separada*

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após a dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, a *Sociedade do Notícias, S.A.* valoriza os seus activos intangíveis, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 14 – Activos intangíveis onde está definido que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

A *Sociedade do Notícias S.A.* determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

➤ Activos intangíveis com vida útil finita

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

➤ Activos intangíveis com vida útil indefinida

Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que existam sinais de imparidade. A *Sociedade do Notícias, S.A.* realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano.

2.5. Imparidade de activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A *Sociedade do Notícias, S.A.* realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se tal se verificar regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

2.6. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A *Sociedade do Notícias, S.A.* classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A *Sociedade do Notícias, S.A.* classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A *Sociedade do Notícias, S.A.* avalia, a cada data de relato financeiro, a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Sociedade do Notícias reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

2.7. Inventários

Os inventários referem-se a matérias utilizadas nas actividades internas de produção. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

2.8. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

2.10. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A *Sociedade do Notícias, S.A.* classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O desreconhecimento de um passivo financeiro, ou parte de um passivo financeiro, é feita apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

2.13. Benefícios aos empregados

A *Sociedade do Notícias, S.A.* concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões) e assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego.

2.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a *Sociedade do Notícias, S.A.* tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a *Sociedade do Notícias, S.A.* divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.15. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a *Sociedade do Notícias, S.A.* detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a amortização dos activos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são amortizados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação, quando a *Sociedade do Notícias, S.A.* não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando a *Sociedade do Notícias, S.A.* tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato. Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.16. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da actividade da *Sociedade do Notícias, S.A.*. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros com carácter comercial que sejam atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a *Sociedade do Notícias, S.A.*; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador. O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da *Sociedade do Notícias, S.A.* são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.1. Provisões

A *Sociedade do Notícias, S.A.* analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.3. Activos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, o seu valor residual, bem como o método de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.4. Activos tangíveis de investimento

O cálculo do justo valor dos activos tangíveis de investimento à data da transição foi efectuado de acordo com a natureza de cada activo, tendo posteriormente optado por valorizar os mesmos ao modelo do custo.

Os pressupostos considerados em cada avaliação correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração e de especialistas para os referidos activos.

3.5. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da *Sociedade do Notícias, S.A.*, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital e outras alterações internas ou externas.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.6. Continuidade das Operações

A Empresa tem vindo a apresentar resultados negativos, o que tem estado a afectar negativamente a posição patrimonial da empresa. Com referência a 31 de Dezembro de 2021, os prejuízos acumulados ascendem o montante de 230,981,232 Meticais, incluindo um prejuízo do exercício, no montante de 25,726,944 Meticais. Esta situação, pode dar origem a incertezas que, podem colocar dúvidas sobre a capacidade da Empresa continuar as suas operações, afectando assim, a sua posição para realizar os seus activos e cumprir com as suas responsabilidades no decurso normal dos negócios. No entanto, os administradores realizaram uma análise da situação líquida da Empresa, e têm a convicção de que por se tratar de uma entidade pública, a Empresa continuará a beneficiar do apoio do IGEPE para assegurar a sua existência, considerando que a empresa está envolvida em actividades de comunicação social e de deter o jornal de maior circulação nacional.

As demonstrações financeiras são preparadas com base nas políticas contabilísticas aplicáveis ao pressuposto da continuidade. Essa base pressupõe que a Sociedade do Notícias terá fundos disponíveis para financiar operações futuras, continuará a receber o apoio dos Accionistas e que a realização de activos e a liquidação de passivos irão ocorrer no decurso normal do negócio.

3.7 Impactos da pandemia da Covid-19

Em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou oficialmente o novo coronavírus, Covid-19, uma pandemia global, tendo sido desencadeadas várias acções ao nível dos governos em diversos países, com vista à conter a propagação do surto. Moçambique não foi excepção, o primeiro caso da Covid-19 foi reportado em 22 de Março de 2020, e o governo declarou estado de emergência em 30 de Março, anunciando um conjunto de medidas restritivas, nomeadamente o encerramento da escolas e fronteiras, o distanciamento social, o incentivo ao uso da máscara entre outras medidas. Depois de sucessivas prorrogações, no contexto de combater a propagação da pandemia da Covid-19, o fim do estado de emergência foi declarado em 7 de Setembro de 2020 e decretada situação de calamidade pública, ao nível de alerta vermelho, com as medidas em vigor no Decreto n.º 79/2020 de 4 de Setembro.

Estas medidas têm sido monitoradas e ajustadas periodicamente com o suporte da Comissão Científica que avalia o nível de prevalência da Covid-19.

O impacto negativo destas medidas na *Sociedade do Notícias, S.A.*, traduziu na redução do volume das vendas de bens, em particular na venda de Jornais e produtos tipográficos. No entanto, na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração sobre a capacidade da Empresa continuar as suas operações, não foram identificados factores de risco que possam advir das medidas de prevenção contra a propagação da Covid-19. Contudo, a Empresa continuará a monitorar o risco em conformidade com a informação disponível.

4. Activos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo tangível apresentam-se como segue:

Exercicio de 2021					
Quantia escriturada bruta					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2021	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo Final 31.12.2021
Construções	215,488,941	89,890	-	(109,440)	215,469,391
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	251,370,002	3,824,517	-	-	255,194,519
Mobiliário e equipamento administrativo	40,135,982	1,527,422	-	-	41,663,404
Equipamento de transporte	36,667,568	13,710,270	(5,301,263)	-	45,076,575
	543,662,493	19,152,099	(5,301,263)	(109,440)	557,403,889
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2021	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2021
Construções	42,977,779	4,395,288	-	(50,342)	47,322,725
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	162,029,288	29,430,928	-	-	191,460,216
Mobiliário e equipamento administrativo	31,474,025	3,155,630	-	-	34,629,655
Equipamento de transporte	25,795,644	6,082,073	(5,301,263)	-	26,576,454
	262,276,736	43,063,919	(5,301,263)	(50,342)	299,989,050
Quantia escriturada líquida	281,385,757				257,414,839

Exercício de 2020

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2020
	Saldo Inicial 1.01.2020	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	215,731,151	-	-	(242,210)	215,488,941
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	252,021,471	229,600	(881,069)	-	251,370,002
Mobiliário e equipamento administrativo	37,956,396	2,179,585	-	-	40,135,982
Equipamento de transporte	33,532,222	6,640,346	(3,505,000)	-	36,667,568
	539,241,241	9,049,532	(4,386,069)	(242,210)	543,662,493
	Depreciações				
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2020	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2020
Construções	38,526,524	4,465,788	-	(14,533)	42,977,779
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Equipamento básico	133,306,334	29,163,312	(440,358)	-	162,029,288
Mobiliário e equipamento administrativo	28,321,235	3,152,790	-	-	31,474,025
Equipamento de transporte	22,385,658	6,914,986	(3,505,000)	-	25,795,644
	222,539,751	43,696,876	(3,945,358)	(14,533)	262,276,736
Quantia escriturada líquida	316,701,490				281,385,757

5. Activos tangíveis de investimento

Os activos tangíveis de investimento são compostos por edifícios que não fazem parte da actividade principal da Sociedade do Notícias, tendo apresentado a seguinte evolução:

Exercício de 2021

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2021
	Saldo Inicial 1.01.2021	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	6,296,674	-	-	109,440	6,406,114
	6,296,674	-	-	109,440	6,406,114
	Depreciações				
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2021	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2021
Construções	1,530,855	128,122	-	50,342	1,709,319
	1,530,855	128,122	-	50,342	1,709,319
Quantia escriturada líquida	4,765,819				4,696,795

Exercício de 2020

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2020
	Saldo Inicial 1.01.2020	Aumentos	Abates	Transferências	
Construções	6,054,464	-	-	242,210	6,296,674
	6,054,464	-	-	242,210	6,296,674
		Depreciações			
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2020	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2020
Construções	1,390,389	125,933	-	14,533	1,530,855
	1,390,389	125,933	-	14,533	1,530,855
Quantia escriturada líquida	4,664,074				4,765,819

Os activos tangíveis de investimento destinam-se a:

- a) Armazém nº15, nº16 e nº17 da Av. de Angola encontram-se neste momento arrendados e como tal classificados como activos tangíveis de investimento no âmbito da NCRF 16 – Activos tangíveis de investimento (de acordo com parágrafo 4 d) da mesma norma).
- b) O edifício da delegação de Nampula é destinado à habitação do delegado. No entanto, encontra-se arrendado.
- c) Edifício Loja, localizado junto à delegação da Beira, encontra-se arrendado à MultiChoice Moçambique, SA.
- d) Edifício Pemba, arrendado a terceiros.
- e) Edifícios na Ponta de Ouro destinados ao lazer de trabalhadores e particulares.
- f) Flat 25 e 26, localizado em Maputo, arrendada a terceiros para exploração de Centro Social.
- g) Livraria e papelaria, localizada em Xai-Xai, arrendada a terceiros.

A 31 de Dezembro de 2021, os rendimentos e gastos operacionais directos associados aos activos tangíveis de investimento tinham a seguinte composição:

	2021		2020	
	Rendas	Gastos directos	Rendas	Gastos directos
Edifício Loja Beira	1,836,257	1,128	1,604,026	1,128
Armazém, 15 da Avenida de Angola	785,338	5,304	723,535	5,304
Armazém, 16 da Avenida de Angola	785,338	7,122	723,535	7,122
Armazém, 17 da Avenida de Angola	785,338	3,796	723,535	3,796
Edifício da Delegação de Nampula	120,000	5,540	100,000	5,540
Edifício Pemba	100,335	3,239	88,889	3,239
Casa 1 Ponta de Ouro	21,000	48,635	19,500	48,635
Casa 2 Ponta de Ouro	21,000	46,327	19,500	46,327
Flat 25 e 26 Centro Social	170,058	4,844	71,154	4,844
Livraria e Papelaria Xai-Xai	12,180	2,189	-	-
	4,636,843	128,122	4,073,674	125,933

6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são compostos por plataformas digitais de suporte do jornal On-Line.

Os portais de internet apresentam a seguinte evolução:

Exercício de 2021

Rubricas	Quantia escriturada bruta				Saldo Final 31.12.2021
	Saldo Inicial 1.01.2021	Aumentos	Abates	Transferências	
Portal Noticias/Desafio/Domingo	16,058,734	-	-	-	16,058,734
	16,058,734	-	-	-	16,058,734
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2021	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2021
Portal Noticias/Desafio/Domingo	10,704,752	5,353,982	-	-	16,058,734
	10,704,752	5,353,982	-	-	16,058,734
Quantia escriturada líquida	5,353,982				-

Exercício de 2020

Rubricas	Quantia escriturada bruta				
	Saldo Inicial 1.01.2020	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo Final 31.12.2020
Portal Noticias/Desafio/Domingo	16,058,734	-	-	-	16,058,734
	16,058,734	-	-	-	16,058,734
Depreciações					
Rubricas	Saldo Inicial 1.01.2020	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final 31.12.2020
Portal Noticias/Desafio/Domingo	5,352,376	5,352,376	-	-	10,704,752
	5,352,376	5,352,376	-	-	10,704,752
Quantia escriturada líquida	10,706,358				5,353,982

7. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro era como segue:

Movimentos	31 de Dezembro de 2021			31 de Dezembro de 2020		
	Mercadorias	Matérias-primas, auxiliares e materiais	Total	Mercadorias	Matérias-primas, auxiliares e materiais	Total
Inventários a 1 de Janeiro	294,766	18,535,177	18,829,942	254,086	25,292,382	25,546,468
Compras	149,712	73,930,706	74,080,419	119,758	73,268,236	73,387,994
Inventários a 31 de Dezembro	(61,889)	(26,085,674)	(26,147,563)	(294,766)	(21,767,723)	(22,062,489)
Custo do período	382,589	66,380,209	66,762,798	79,078	76,792,895	76,871,973

Em 2021 os custos com o consumo de matéria-prima e consumíveis importados para a produção de jornal, decresceram em 13.15% comparativamente a 2020, consequência essencialmente da redução da produção derivada da conjuntura socioeconómica causada pela COVID-19.

8. Clientes

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica de Clientes era como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Clientes conta corrente	a) 65,595,432	52,378,695
Clientes - Agentes	b) 4,133,367	5,462,126
Clientes - Delegações do Notícias	c) 3,242,130	3,646,093
Quantia bruta registrada	72,970,929	61,486,914
Imparidade acumulada de contas a receber	<u>(14,372,385)</u>	<u>(10,598,822)</u>
	58,598,544	50,888,092
Depósitos de clientes não identificados	<u>(33,983,029)</u>	<u>(30,718,455)</u>
Total de clientes	24,615,515	20,169,637

- a) Clientes conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de jornais e serviços de inserção de anúncios publicitários.
- b) Clientes Agentes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de agências de publicidade e de agentes credenciados pela *Sociedade do Notícias, S.A.*, para vender jornais.
- c) Clientes Delegações do Notícias: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes das Delegações da Sociedade do Notícias, S.A. pela venda de jornais e serviços de inserção de anúncios publicitários.
- d) Imparidade acumulada de contas a receber:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A 1 de Janeiro	10,598,822	4,576,946
Reforço	14,372,385	10,598,822
Utilização	-	(154,100)
Reversão	(10,598,822)	(4,422,846)
A 31 de Dezembro	14,372,385	10,598,822

9. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro, a decomposição da rubrica de Outros activos financeiros, era como segue:

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Devedores sócios accionistas	a)	11,708,714	17,708,714
Garantias concursos publicos	b)	4,377,408	6,863,668
Devedores trabalhadores (F.S.T.)	c)	2,864,198	2,568,031
Fundo maneo das delegações		657,446	904,435
Adiantamento a fornecedores	d)	599,612	4,641,000
Adiantamento de salários		198,988	109,054
		<u>20,406,365</u>	<u>32,794,902</u>

- a) Trata-se de capital ainda não realizado pelo accionista IGEPE.
- b) Garantias bancarias referentes a diversos concursos públicos referentes a trabalhos tipográficos.
- c) Saldos devedores de colaboradores que adquiriram empréstimos do Fundo social no presente exercício.
- d) Adiantamento a fornecedores para aquisição de diverso material. Em 31 de Dezembro o saldo decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Adiantamento a fornecedores</u>		
GARP	533,255	-
Heidelberg	66,357	-
Thunderbolt	-	4,641,000
	<u>599,612</u>	<u>4,641,000</u>

10. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro a *Sociedade do Notícias S.A.* tem registado na rubrica de Outros activos correntes os seguintes saldos:

	2021	2020
IRPC pagamento por conta	7,511,784	7,511,784
IRPC pagamento especial por conta	300,000	200,000
Estado	7,811,784	7,711,784
	2021	2020
Seguros	-	556,346
Gastos a reconhecer	-	556,346
Total de outros activos correntes	7,811,784	8,268,130

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro a *Sociedade do Notícias S.A.* tinha valores em caixa e equivalentes de caixa disponíveis para uso.

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro era o seguinte:

		2021	2020
Caixa	11.1	754,483	1,564,047
Bancos			
Em moeda nacional		10,190,788	18,585,541
Em moeda estrangeira		1,469,876	1,578,480
Depósitos a prazo		867,441	11,535,307
		12,528,106	31,699,328
Caixa e equivalentes de caixa		13,282,589	33,263,375

11.1 Este valor refere-se a recebimentos por depositar no final do ano. Os mesmos incluem a caixa Maputo e províncias.

12. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2021, o capital social da *Sociedade do Notícias, S.A.* encontrava-se totalmente subscrito e parcialmente realizado e estava representado por 437 000 acções com o valor nominal de 1.000 Meticais cada. O capital não realizado ficou sob a responsabilidade do maior accionista IGEPE.

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2021 era como segue:

	31 Dez. 2021 Nr. Acções	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar	% participação
Estado Moçambicano (IGEPE)	436,950	436,950,000	425,241,287	11,708,713	99,99%
Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos	50	50,000	50,000	-	0,01%
	437,000	437,000,000	425,291,287	11,708,713	100%

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2020 era como segue:

	31 Dez. 2020 Nr. Acções	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar	% participação
Estado Moçambicano (IGEPE)	436,950	436,950,000	419,241,287	17,708,713	99,99%
Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos	50	50,000	50,000	-	0,01%
	437,000	437,000,000	419,291,287	17,708,713	100%

Variações do capital social em 31 de Dezembro de 2021

	Saldo no início do exercício	Variações	Aplicações	Saldo no final do exercício
Capital	437,000,000	-	-	437,000,000
Reservas legais	1,148,167	-	-	1,148,167
Reservas estatutárias	3,750	-	-	3,750
Reservas livres	13,148,719	-	-	13,148,719
Reservas para investimentos	40,486,308	-	-	40,486,308
Resultados transitados	(168,134,920)	(37,119,368)	-	(205,254,288)
Resultado líquido do exercício	(37,119,368)	(25,726,944)	37,119,368	(25,726,944)
Total	286,532,656	(62,846,312)	37,119,368	260,805,712

Variações do capital social em 31 de Dezembro de 2020

	Saldo no início do exercício	Variações	Aplicações	Saldo no final do exercício
Capital	436,079,776	920,224	-	437,000,000
Reservas legais	1,148,167	-	-	1,148,167
Reservas estatutárias	3,750	-	-	3,750
Reservas livres	13,148,719	-	-	13,148,719
Reservas para investimentos	40,486,308	-	-	40,486,308
Resultados transitados	(145,312,887)	(22,822,033)	-	(168,134,920)
Resultado líquido do exercício	(22,822,033)	(37,119,368)	22,822,033	(37,119,368)
Total	322,731,800	(59,021,177)	22,822,033	286,532,656

13. Empréstimos obtidos

A maturidade dos empréstimos é a seguinte:

Empréstimos não correntes		2021	2020
Moza Banco - leasing (5 viaturas-21)	f)	4,749,794.00	-
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-19)	c)	351,142.80	1,285,855
STB-Leasing (2 viaturas-19)	d)	164,536.04	789,199
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-18)	e)	104,631.72	637,312
Banco Único (Financiamento-19)	a)	-	2,906,825
BCI Leasing (5 viaturas-17)	b)	-	1,298,950
Total Empréstimos não correntes		5,370,105	6,918,141
Empréstimos correntes		2021	2020
Banco Único (Financiamento-19)	a)	2,927,894	5,086,550
Moza Banco - leasing (5 viaturas-21)	f)	1,970,037	-
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-19)	c)	937,247	768,618
BCI Leasing (5 viaturas-17)	b)	576,648	1,943,936
STB-Leasing (2 viaturas-19)	d)	625,732	504,160
FNB Leasing viaturas (2 viaturas-18)	e)	535,293	535,293
Total Empréstimos correntes		7,572,850	8,838,557
Total Empréstimos		12,942,955	15,756,698

- (a) Em 2019, a Sociedade do Notícias, SA, contraiu um empréstimo no valor de 14 000 000,00Mts, no Banco Único, destinado a aquisição de equipamento para uma nova unidade gráfica, a ser pago em 36 (trinta e seis) prestações mensais. A taxa de juro anual de PLR SF, acrescida de um spread de 1.5%. Hipoteca de primeiro grau sobre imóvel, com um grau de cobertura de 133% sobre prédio descrito no respectivo contrato.
- (b) Em 2017, foram adquiridas cinco viaturas na modalidade de locação financeira via BCI, com o custo de 8 441 262 meticais, a serem pagas em sessenta (60) rendas mensais, iguais e sucessivas. A taxa de juro é variável, dependendo, a cada momento, da *Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano*, a qual acresce o spread de 2%. O contrato foi celebrado sem garantias adicionais.
- (c) Em 2018, foram adquiridas duas viaturas na modalidade de locação financeira via FNB, com o custo total de 2 490 000 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (46) rendas mensais, iguais e sucessivas e com a garantia de 815 156 dolares referentes a hipoteca de um imóvel pertencente a Sociedade do Notícias.
- (d) Em 2020, foram adquiridas duas viaturas na modalidade de locação financeira via Standard Bank, com o custo total de 2 490 000 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (48) rendas mensais, iguais e sucessivas. Incidirão sobre o valor das viaturas por amortizar, juros contados diariamente à taxa correspondente a Prime Rate (MT) do Sistema Financeiro acrescida de um spread de 2%, p.a. O contrato foi celebrado sem garantias.
- (e) Em 2020, foram adquiridas duas viaturas na modalidade de locação financeira via FNB, com o custo total de 3 042 000 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (48) rendas mensais, iguais e sucessivas. A taxa de 21.5% (PLRSF 19.5% +2%). Hipoteca voluntária de primeiro grau do prédio descrito no respectivo contrato.
- (f) Em 2021, foram adquiridas cinco viaturas na modalidade de locação financeira via Moza Banco, com o custo total de 7 181 550 meticais, a serem pagas em quarenta e seis (48) rendas mensais, iguais e sucessivas. A taxa de 18.9% (PLRSF 16.9% +2%). O contrato foi celebrado sem garantias.

14. Passivos por impostos diferidos

O movimento na rubrica de impostos diferidos foi como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Revalorização de activos</u>	<u>Revalorização de activos</u>
Em 1 de Janeiro	20,088,469	20,638,541
Constituição por resultados	-	-
Reversão por resultados	(550,072)	(550,072)
Em 31 de Dezembro	<u>19,538,397</u>	<u>20,088,469</u>

15. Provisões

A evolução da provisão acumulada para outros riscos e encargos é como segue:

<u>Contas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reforço</u>	<u>Utilização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para impostos	15,096,949	6,289,972	-	(5,989,651)	15,397,270
Provisão (Processos Laborais)	1,590,778	-	(1,308,780)	(281,998)	-
Total	<u>16,687,727</u>	<u>6,289,972</u>	<u>(1,308,780)</u>	<u>(6,271,649)</u>	<u>15,397,270</u>

A provisão para impostos foi criada para fazer face a contingências fiscais.

A provisão para processos laborais foi criada para fazer face a processos laborais, cujas sentenças possam eventualmente desfavoráveis à Sociedade do Notícias, SA.

16. Fornecedores

Em 31 de Dezembro, a rubrica de Fornecedores apresenta-se como segue:

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Fornecedores nacionais</u>			
LAM - Linhas Aéreas de Moç.	16.1	1,972,578	6,359,759
MHL AUTO, SA		900,000	900,000
MSTAR, SA		449,280	-
TVM		109,512	109,512
Outros Fornecedores nacionais		592,343.77	2,084,820.50
Total fornecedores nacionais		4,023,714	9,454,091
		<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Fornecedores externos</u>			
Ekman & Co AB	16.2	18,037,646	17,428,694
Fujifilm South Africa (PTY) LTD	16.3	1,375,594	18,282,682
Continental Printing Inks		1,237,239	656,650
SRS Graphic Systems PTY LTD		757,477	1,714,761
Outros Fornecedores externos		35,285	314,118
Heidelberg		-	1,349,612
Total fornecedores externos		21,443,241	39,746,517
Total de fornecedores		25,466,955	49,200,608

Os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

- 16.1 A dívida com a LAM é referente ao gasto com transporte de jornais para as províncias.
- 16.2 O saldo dos fornecedores Ekman & Co é referente a importação de papel de jornal para a produção de jornal.
- 16.3 Fujifilm South Africa é fornecedora de chapas de impressão usadas na produção de jornais e produtos tipográficos.

17. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro, o detalhe da rubrica de Outros passivos financeiros é como segue:

	2021	2020
Fundo Social dos trabalhadores	400,000	400,000
Outros credores	40,554	55,570
Sindicatos	50,421	33,657
Total outros credores	490,974	489,227
Adiantamentos de clientes	5,672,881	5,737,690
Total	5,672,881	5,737,690
Total de outros passivos financeiros	6,163,855	6,226,917

18. Impostos a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo de impostos a pagar estava assim discriminado:

	2021	2020
IRPC Autónomo (Nota 25)	792,364	848,338
Estimativa de Imposto	-	-
Total impostos a pagar	792,364	848,338

19. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro, o detalhe da rúbrica de outros passivos correntes era como segue:

	2021	2020
Receitas antecipadas (assinaturas de jornais)	7,034,300	8,919,621
IRPS	2,728,938	1,656,963
INSS	1,841,324	-
IVA	1,247,380	1,389,464
Auditoria e consultoria	416,000	756,630
Outros passivos correntes	13,267,942	12,722,678

As receitas antecipadas são referentes às vendas de Jornais para o ano 2022, facturadas antecipadamente em 2021.

20. Vendas de bens e serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2021	2020
VENDAS DE BENS		
Jornais (assinantes)	61,121,152	68,681,253
Produtos tipográficos	22,425,455	34,239,870
Jornais avulsos	13,072,061	14,074,150
Vendas de subprodutos	1,800,678	587,372
Total Vendas Brutas	98,419,347	117,582,644
Devolução de jornais	(1,933,072)	(2,265,444)
Descontos (Agentes de Jornais)	(1,953,102)	(2,117,400)
Total Vendas Líquidas	94,533,173	113,199,799
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Inserção de anúncios no jornal	302,990,418	245,214,681
Impressão de outros jornais	10,926,195	8,145,890
Vendas On-line	4,219,944	2,536,408
Outras Vendas	2,975,975	1,955,856
Inserção de suplemento comercial	1,102,839	1,045,248
Total Bruto de Prestação de serviços	322,215,371	258,898,084
Descontos (Agências de Publicidade)	(10,398,247)	(8,404,212)
Descontos (Outros)	(183,069)	(16,746)
Total Líquido de Prestação de serviços	311,634,055	250,477,126
Total Líquido de Vendas e Prestação de serviços	406,167,229	363,676,926

O desempenho negativo registado na rubrica de vendas de bens, deveu-se fundamentalmente à conjuntura socioeconómica pouco favorável devido à COVID-19.

21. Custos com pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021, foram como segue:

	2021	2020
Salários	120,273,144	98,492,969
Subsídios	57,995,632	60,753,373
Indeminizações	16,456,661	118,564
Pensões	11,964,878	12,594,483
13º Vencimento	10,567,572	8,251,798
Segurança Social-Entidade Empregadora	7,446,054	6,534,220
Despesas médicas e Medicamentosas	4,973,079	4,007,207
Colaboradores	1,194,463	1,575,822
Honorários	540,787	540,787
Outros (despesas fúnebres, acção social,etc)	192,549	841,294
Total de custos com pessoal	231,604,820	193,710,517

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros é como segue:

		2021	2020
Manutenção e reparação	a)	24,871,136	12,530,504
Gasóleo		7,100,124	6,319,088
Trabalhos especializados	b)	6,279,065	8,896,892
Transporte de carga		6,085,915	5,851,889
Deslocações e estadias		6,021,044	4,579,280
Material de escritório		5,852,344	5,410,153
Comunicações		5,554,582	3,379,468
Electricidade		5,538,392	7,281,735
Limpeza, higiene e conforto		4,206,748	3,662,313
Vigilância e segurança		4,145,675	2,774,654
Seguros		2,454,478	2,240,155
Galas/Reuniões Anuais		977,195	-
Rendas e alugueres		925,930	720,000
Publicidade e Angariações		922,762	232,978
Outros fornecimentos		876,970	544,751
Agências noticiosas		601,598	533,116
Material eléctrico		558,735	241,142
Gasolina/Lubrificantes		537,545	625,968
Material para embalagem de jornais		528,613	709,687
Água		510,415	590,187
Portagem		407,540	388,060
Total fornecimentos e serviços de terceiros		84,956,805	67,512,020

a) Manutenção e reparação		2021	2020
Manutenção e reparação de máquinas industriais		13,410,078	4,641,567
Manutenção e reparação de edifícios		5,696,131	1,675,226
Manutenção e reparação de viaturas de carga		3,186,751	4,331,400
Manutenção e rep. de viaturas ligeiras passageiros		1,188,729	686,746
Manutenção e reparação de computadores		868,640	802,975
Manutenção e reparação de OMB		520,806	392,590
Total manutenção e reparação		24,871,136	12,530,504

b) Trabalhos especializados	2021	2020
Trabalhos tipográficos	2,941,795	2,721,281
Consultoria/Estudos	1,210,000	109,764
Trabalho especializado - PHC	983,853	773,181
Despachante	644,218	757,585
Auditoria externa	499,200	756,630
Trabalhos informáticos	-	3,778,451
Total trabalhos especializados	6,279,065	8,896,892

23. Outros ganhos e perdas operacionais

A rubrica de Outros ganhos e perdas operacionais é assim apresentada:

	2021	2020
Ajustamentos do período	8,624,043	177,289
Cedência de instalações	4,636,843	3,562,407
Patrocínios	2,000,000	-
Multas (Processos disciplinares)	400,602	268,499
Caderno de encargo/Termos referência	199,000	149,000
Outros ganhos	10,190	10,076
Diferenças de arredondamentos	9,682	1,743
Total rendimentos operacionais	15,880,359	4,169,014
	2021	2020
Quebras/jornais e anúncios	3,561,132	88,089
Encargos sem suporte documental adequado	2,263,898	2,423,823
Impostos e taxas	1,569,903	1,770,400
Correções relativas a exercicios anteriores	524,573	345,273
Quotizações	63,600	63,600
Multas e penalidades	54,892	6,769
Programas de responsabilidade social	50,000	-
Perdas em Investimentos de capital	32,113	440,711
Outros	7,927	11,125
Total de outros gastos operacionais	8,128,038	5,149,790
Outros ganhos e perdas operacionais	7,752,321	(980,775)

(a) Os ajustamentos do período têm a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedor Fujifilm (Reversão da máquina)	15,438,658	-
Fornecedor Heidelberg (2018)	1,447,122	-
Fornecedor Fujifilm (2018)	243,992	-
Fornecedor Merpak (2020)	130,155	-
Fornecedor Continental Printing Inks (2019)	-	177,289
Fornecedor Ekman (2019)	(3,994,884)	-
Fornecedor Thunderbolt (2018)	(4,641,000)	-
Ajustamentos de investimentos financeiros	8,624,043	177,289

24. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros do exercício de 2021 é como segue:

	2021	2020
Juros obtidos	1,824,427	303,282
Diferenças de câmbio realizadas	132,504	-
Diferenças de câmbio não realizadas	344,371	234,023
Total rendimentos financeiros	2,301,302	537,305
	2021	2020
Juros suportados	2,791,289	3,826,296
Despesas bancárias	2,543,887	2,191,341
Diferenças de câmbio não realizadas	627,785	-
Diferenças de câmbio realizadas	80,211	591,251
Total gastos financeiros	6,043,172	6,608,888
Resultados financeiros	(3,741,870)	(6,071,583)

25. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

A taxa de imposto utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de relato foi de 32% e corresponde à taxa nominal de imposto.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. A Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

	2021	2020
Imposto Corrente	(792,364)	(848,338)
Imposto Diferido	550,072	550,072
	(242,292)	(298,266)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes de impostos	(25,484,652)	(36,821,102)
 <u>Custos não tributáveis</u>		
Diferenças de câmbio não realizadas (art. 22 c) do CIRPC)	627,785	-
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art. 27 do CIRPC)	3,752,750	2,930,691
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis (arts. 28 e 29 do CIRPC)	18,140,142	1,422,495
Realizações de utilidade social não enquadráveis	50,000	-
Impostos e Encargos da responsabilidade de Outrem (art. 36 nº1 b) do CIRPC)	354,000	156,000
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações (art. 36 nº1 c)	54,892	6,769
Despesas confidenciais e/ou não documentadas (art. 36 nº1 g) do CIRPC)	2,263,898	2,423,823
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros (art. 36 nº4) do CIRPC)	5,737,802	2,509,073
Mais-valias fiscais (art. 20h), 37 e 38 do CIRPC)	1,749,000	1,721,863
Correções relativas a exercícios anteriores (art. 18 nº 2 do CIRPC)	524,573	345,273
Arredondamentos	7,927	11,125
Imposto sobre o Valor Acrescentado	251,325	-
Total de custos não dedutíveis	<u>33,514,095</u>	<u>11,527,112</u>
 <u>Rendimentos não tributáveis</u>		
Reposição de provisões tributadas (arts. 28 e 29 do CIRPC)		(4,422,846)
Mais-valias contabilísticas (art. 20h), 37 e 38 do CIRPC)	(1,749,000)	(1,721,863)
Diferenças de câmbio não realizadas	<u>(344,371)</u>	<u>(234,023)</u>
Lucro / (Prejuízo) para efeitos fiscais	<u>5,936,073</u>	<u>(31,672,722)</u>
 Imposto à taxa normal	-	-
Tributação autónoma	<u>792,364</u>	<u>848,338</u>
 Total Impostos (Nota 8)	<u>792,364</u>	<u>848,338</u>

Não foram reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais decompostos abaixo, devido à incerteza existente relativa à capacidade da Empresa gerar lucros que permitam a recuperação dos referidos prejuízos fiscais no prazo legal em vigor.

<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Valor</u>	<u>Data limite de utilização</u>
- Ano 2019	(10,219,814)	2024
- Ano 2020	(27,249,876)	2025

26. Partes relacionadas

i) Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2021, a *Sociedade do Notícias, S.A.* era controlada pelo IGEPE que detinha 99.99% do capital da empresa.

ii) Gastos com o Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade do Notícias foi considerado de acordo com a NCRF 6 como sendo o único elemento “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Sociedade do Notícias foram as seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Benefícios de curto prazo	9,552,482	11,746,527
	9,552,482	11,746,527

iii) Saldos entre partes relacionadas - clientes

No final do exercício de 2021, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IGEPE	-	-
Companhia Agricola João Ferreira dos Santos	-	-
Clientes Sócios/accionistas		

iv) Devedores accionistas subscritores de capital

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao accionista IGEPE que não realizou na totalidade o capital subscrito.

	2021	2020
IGEPE (Acções não realizadas)	11,708,713	17,708,714
Companhia Agrícola João Ferreira dos Santos	-	-
Capital não realizado	11,708,713	17,708,714

27. Gestão de risco

A *Sociedade do Notícias, S.A.* encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: o risco de crédito, essencialmente relacionado com a cobrança de facturas emitidas e depósitos bancários, o risco de taxa de juro e risco de taxa de câmbio.

A gestão dos riscos é conduzida pela Administração e Direcção da Sociedade, sendo que eventuais coberturas dos mesmos são definidas pela Administração e executadas pela Direcção da Sociedade. Os principais riscos identificados são:

Risco de Crédito

Corresponde à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Sociedade. A *Sociedade do Notícias, S.A.* incorpora o risco de crédito no seu balanço na parte respeitante aos investimentos que realiza junto a instituições financeiras e das facturas a receber de clientes. Em 31 de Dezembro de 2021 a Sociedade encontrava-se exposta a este risco pelos seguintes factores:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	13,282,589	33,263,375
Clientes	24,615,515	20,169,637
Outros activos financeiros	20,406,365	32,794,902
	58,304,469	86,227,914

Risco de taxa de juro

Este risco decorre de movimentos adversos nas taxas de juro por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação das taxas de juro. A *Sociedade do Notícias, S.A.* encontra-se exposta ao risco de taxa de juro pela vertente das aplicações financeiras realizadas, as quais são de curto prazo, pelo que o seu risco é reduzido e ao risco de taxa de juro das contas caucionadas e empréstimos obtidos, conforme segue:

	31 de dezembro de 2021		
	<u>Total</u>	<u>MZM</u>	<u>USD</u>
<u>Activo</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	13,282,589	11,812,713	1,469,876
	13,282,589	11,812,713	1,469,876
<u>Passivo</u>			
Empréstimos obtidos	12,942,955	12,942,955	-
	12,942,955	12,942,955	-
Posição Líquida	339,634	(1,130,242)	1,469,876

Risco de taxa de câmbio

Risco resultante de movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados pelas alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão para a moeda funcional e de apresentação (Metical).

O risco de taxa de câmbio na *Sociedade do Notícias, S.A.* advém do pagamento de facturas em moeda estrangeira que tem um peso pouco expressivo em 31 de Dezembro de 2021.

	31 de dezembro de 2021			
	<u>Total</u>	<u>MZM</u>	<u>USD</u>	<u>ZAR</u>
<u>Activo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	13,282,589	11,812,713	1,469,876	-
	13,282,589	11,812,713	1,469,876	-
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	25,466,955	4,023,714	18,037,646	3,405,595
	25,466,955	4,023,714	18,037,646	3,405,595
Posição Líquida	(12,184,366)	7,788,999	(16,567,770)	(3,405,595)

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

Moeda	2021		2020	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dolar americano	63.20	64.46	74.16	75.64
Rand	3.98	4.05	5.06	5.16
Euros	71.59	73.02	91.11	92.92

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da *Sociedade do Notícias, S.A.* não ter capacidade financeira para satisfazer os compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e respectiva liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, conforme tabela abaixo, a diferença entre os volumes de influxos e efluxos de caixa, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Empréstimos obtidos	7,572,850	5,370,105	12,942,955
Outros passivos financeiros	6,163,855	-	6,163,855
Outras contas a pagar	13,267,942	-	13,267,942
	27,004,648	5,370,105	32,374,752
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Clientes	24,615,515	-	24,615,515
Outros activos financeiros	20,406,365	-	20,406,365
Outros activos correntes	7,811,784	-	7,811,784
Caixa e equivalentes de caixa	13,282,589	-	13,282,589
	66,116,253	-	66,116,253

28. Acontecimentos após a data do Balanço

Na data de finalização das demonstrações financeiras anuais, não se registaram eventos subsequentes relevantes que tenham ocorrido após a data da demonstração da posição financeira e que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO
Sociedade de Notícias, S.A.
Conselho de Administração